

Prefácio

Miguel Vedda

Como citar: VEDDA, M. Prefácio. *In* : DEO, A.; MAZZEO, A. C.; ROIO, M. D. (org.). **Lenin** : teoria e prática revolucionária. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.11-28. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-680-0.p11-28>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PREFÁCIO¹

Miguel Vedda²

Ubi Lenin ibi Jerusalem – onde está Lenin, allí está Jerusalém -: a fórmula de Ernest Bloch, uma das várias expressões da confluência entre messianismo e marxismo que perpassaram boa parte do século XX, qualifica muito bem a função que o líder bolchevique cumpriu exemplarmente como símbolo e signo para as lutas revolucionárias em todo o planeta. Inúmeras vezes – de Geroges Sorel a György Likács, de Bertold Brecht a Pablo Neruda, de José Carlos Mariátegui a Slavoj Žižek – se lançaram, em línguas e circunstâncias muito diversas, em defesa da pessoa e da obra de Lenin: de sua efígie política ao seu legado teórico e organizativo. As mais variadas mudanças que esse quadro sofreu, em particular durante as últimas décadas, não se devem, essencialmente, à descoberta das falhas que Lenin, sendo mortal, incorreu; devem-se, sobretudo, à lúgubre sombra que – falsamente – o período stalinista projeta sobre o passado soviético e, ainda mais, ao efeito devastador que tiveram, sobre o pensamento e a práxis revolucionários, a política econômica e os estratagemas políticos e ideológicos do neoliberalismo, ante os quais, amplos setores da intelectualidade internacional resolveram capitular. Em artigo incluído nesse volume que

¹ Tradução: Sofia Manzano: Economista e professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. Autora do livro *Economia política para trabalhadores* (São Paulo, ICP, 2013).

² Professor titular regular de Literatura Alemã (Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de Buenos Aires) e pesquisador do CONICET. Diretor do Departamento de Letras da UBA. Membro do conselho editorial da revista *Herramienta*.

apresentamos, Gianni Fresu afirma acertadamente: “O século XX tem sido descrito como o século dos horrores, das ditaduras e, nessa leitura apocalíptica, Lenin é representado como a origem do pecado, o diabo responsável pelas desgraças e os lutos de um século ensanguentado”. Porém, ao mesmo século XX pertence aquela *esplêndida saída do sol* que representou, para a história humana, a eclosão da Revolução de 1917. A essa reminiscência hegeliana poderia seguir outra: como se sabe, na *Fenomenologia do Espírito* se lê que ninguém é um herói para seu criado, não porque o primeiro não seja um herói, e sim porque o segundo é apenas um criado, que não vê naquele o herói, mas tão somente o homem que come, bebe e se veste. Isto nos diz algo acerca do ponto de vista sobre o qual tantos intelectuais do nosso tempo julgam um homem de ação como foi Lenin: reclusos em *campi*, defrontados com minúsculos dramas de câmara como os que envolvem a busca de financiamento para as próprias investigações ou na maquinação de pequenas intrigas com seus colegas, encontram compreensíveis dificuldades para entender alguém que decidiu consagrar sua vida à luta para transformar em realidade a emancipação humana. Hegel – tão respeitado por Lenin – não só qualificou as críticas moralizantes contra os grandes homens de *vil* “porque divide a ação e produz e retém sua desigualdade com ela mesma”, como também de *hipócrita*, já que “não apresenta tal juízo como sendo outra maneira de ser mau, senão como a consciência justa da ação, que se sobrepõe a si mesma na sua irrealidade e vaidade de bem saber e melhorar os fatos desdenhados, e querem que seus discursos imperantes sejam tomados como uma excelente realidade”³. E é *maldade e hipocrisia* o que caracteriza, justamente, a intelectualidade hegemônica de nosso tempo, empenhada em ocultar inclusive perante ela mesma a pequenez de seus objetivos e em escamotear a evidência de que a perseguição de uma finalidade verdadeiramente importante para a humanidade pode, muito bem, conter, como possibilidades, o erro e o fracasso, momentos de cega obstinação e inclusive de intolerância dogmática. No entanto, esses fracassos não implicam que este compromisso com o gênero humano seja infinitamente mais legítimo que uma condescendência indolente ante o *status quo* que se crê nobre porque não sujou suas mãos com nenhuma práxis orientada a transformá-lo.

³ Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, *Fenomenologia del Espíritu*. Trad. de Wenceslao Poces, com a colaboração de Ricardo Guerra. México: FCE, 1966, p. 388.

Nesse contexto, seria possível examinar, a partir de uma perspectiva contemporânea, a inteira fisionomia de Lenin. Aquele que queira estudá-lo de forma séria e, também, comprometida, deparar-se-á, nas atuais circunstâncias, com um contexto singularmente propício: extinto em grande medida o conceito sectário, dogmático de partido que contaminou a militância marxista internacional durante as épocas stalinista e pós-stalinista, está aberto o caminho para uma prática política experimental, ensaística, que não concebe a luta teórica e prática como a aplicação de uma receita dada. Sobre as bases de um modelo de exploração livre de tais características, Marx procurou desenvolver suas reflexões desde o começo; e a imperecível riqueza de suas investigações se deve, em grande medida, a seu empenho em rastrear a verdade não na escritura sagrada de Hegel ou de Ricardo, mas no exame livre e não tendencioso do concreto real. Lukács escreveu que todo grande realista “pode reagir negativamente no plano político, moral, etc. frente a muitos fenômenos de sua época e frente à evolução histórica; mas, em certo sentido, está enamorado da realidade, considera-a sempre com os olhos de um enamorado, ainda que, eventualmente, escandalizado e indignado”⁴. Nesse sentido pode-se falar de Marx como um pensador *realista*; nesse sentido pode-se dizer que o realismo sem fronteiras é um traço de identidade fundamental do autor de *O Capital* que deveria incorporar todo marxista como princípio metodológico básico. Em certa ocasião escreveu Siegfried Kracauer – diferenciando-se daqueles que degradam o pensamento revolucionário com adaptações conformistas aos aparatos doutrinários herdados – que deveria ser um imperativo dos intelectuais marxistas colocar “radicalmente em dúvida todas as posições dadas. Quer dizer, devem confrontar seus conceitos herdados, e precisamente aqueles que são, na aparência, irremovíveis, com os resultados da teoria revolucionária e, em seguida, dar conta da realidade concreta que preserva aqueles conceitos”⁵. A solidariedade genuína do intelectual com a causa do socialismo não se apoia, pois, na repetição de ladainhas, mas na contínua revisão das ferramentas do pensamento, já que a “afirmação rígida, adialética dos ideais socialistas enumerados degenera facilmente em sabotagem

⁴ Lukács, György. *Was ist das Neue in der Kunst?* (1939-1940). In Benseker, Frank und Jung, Werner (eds.), *Lukács 2003. Jahrbuch der Internationalen Georg-Lukács-Gesellschaft*. Bielefeld: Aistheses, 2003, pp. 11-102; aqui p. 44.

⁵ Kracauer, Siegfried. “Minimalforderung na die Intellektuellen” [*Die Neue Rundschau* 2/7, ano 42 (julho de 1931), pp. 71-75]. In: *Schriften* 5, vol. 2, pp. 352-356; aqui, p. 354.

do socialismo” e “os intelectuais que cedem ante o dado real, depõem suas armas ante uma utopia”⁶. Em concordância com esta proposta, cabe ainda ressaltar, entre as diversas facetas de Lenin, o líder político avesso a aplicar prescrições – que precisamente possuíam estatuto de lei para a doutrina marxista – e preocupado, ao contrário, em examinar minuciosamente as circunstâncias históricas com as quais se faz urgente enfrentar. É sugestivo que sejam justamente estes traços os que aparecem destacados com maior intensidade nas análises mais lúcidas e produtivas que se tem escrito sobre Lenin. Em seu conhecido opúsculo desafiou, por exemplo, Lukács qualquer tentativa de encontrar nas declarações e ações de Lenin receitas ou instruções aplicáveis a casos específicos; o líder bolchevique não ofereceu verdades universais, mas atuou sempre sobre a base de uma análise concreta sobre uma realidade concreta, sobre a base de uma consideração dialética da história. É significativo que, à luz de posições lukacsianas anteriores, o autor do opúsculo condene as generalizações mecânicas das indicações de Lenin, das que unicamente poderia derivar um leninismo vulgar, quer dizer: uma imagem grotescamente distorcida do original.

De um modo próximo ao de Lukács, Fresu assinala em seu artigo, que é possível identificar “um fio vermelho na atividade teórica e política de Lenin, exatamente na recusa metodológica das orientações mais esquemáticas e rígidas do determinismo marxista, predominante no movimento socialista na passagem do século XIX para o século XX” [...]. E, de fato, parte da importância histórica de Lenin reside na sua determinação em colocar continuamente à prova os próprios axiomas teóricos à luz da realidade contemporânea; determinação baseada no imperativo de aprender a partir do real, no lugar de tratar de impor sobre o real uma perspectiva abstrata. Coerente com tais pontos de vista de princípios é a aversão de Lenin a um determinismo pelo qual se sentiam cativados numerosos revisionistas; sem cair no voluntarismo – recordemos suas intervenções sobre os debates sobre o parlamentarismo; da maneira mais notória, no célebre *Esquerdismo, doença infantil do comunismo* (1920) -, Lenin não deixou de insistir na transcendência do fator subjetivo. Enquanto tantos outros marxistas acreditavam melhor atender aos mandamentos do materialismo histórico ao superestimar os fatores objetivos e concluir, *consequentemente*,

⁶Id.

que a própria dinâmica interna do capitalismo é uma via de direção única que conduzirá diretamente à emancipação, tornando-se cada vez mais impossível a deflagração de guerras e crises econômicas, Lenin compreendeu que a marcha do imperialismo, se deixada por sua própria conta, só poderia conduzir a humanidade a uma catástrofe sem precedentes. Em nossa opinião, entre o aborrecimento leniniano ante as receitas e esquemas e sua oposição ao economicismo – em suas diversas expressões: o ultraimperialismo, o proudhonismo russo – existe uma raiz comum: ambas provêm do impulso de sacudir as condições sociais fossilizadas e coloca-las em movimento, encaminhando-as em direção ao melhor. Contra o objetivismo positivista de várias figuras dirigentes da Segunda Internacional, Lenin estava convencido de que se exigia uma intervenção ativa e contínua para retirar as condições históricas às longas divagações que se lhes induziu as ilusões do progresso. Nisto está mais de acordo com a teoria de Marx que muitos discípulos presumidamente “ortodoxos”; de fato, a obra marxiana está integralmente recortada pelo afã de dismantelar as estruturas ossificadas que impedem o desenvolvimento livre dos homens. Isto se pode perceber já nos escritos iniciais, nos quais o filósofo deplora as condições da Alemanha: não é em vão que em *Para uma crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução* (1844) – o artigo em que, pela primeira vez, Marx menciona o proletariado como classe destinada a converter-se em agente da revolução social e, por fim, à opressão de classe – se lê que se devem “obrigar a estas circunstâncias petrificadas a dançar cantando sua própria melodia”⁷. A edificação constante de um pensamento dinâmico – concentrado em rastrear os meios para introduzir um dinamismo libertador sobre a realidade – que se encontra explícito em numerosos escritos marxianos, e que assume formas estética e argumentativa brilhantes no *Manifesto* – está arraigada em uma aposta a favor da práxis que encontra sua mais conhecida expressão aforística na proposição segundo a qual não se trata somente de descobrir o mundo, mas, antes de tudo, transformá-lo.

A ênfase sobre a práxis transformadora é a base para as frequentes acusações de blanquismo que Lenin teve que enfrentar. Rosa Luxemburgo e os mencheviques, em particular, associaram o bolchevismo e seu líder

⁷ Marx, Karl. *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung*. In Marx, Karl / Engels, Friedrich, Werke (=MEW). Edição do Institut für Marxismus-Leninismus (ZK/SED). 43 vols. Berlin: Diets-Verlang, 1956ss., vol. 1, p. 381.

com uma política do *Putsch*; isto é: com a redução de uma prática revolucionária à derrocada da ordem política vigente mediante a conspiração. Se assim, Lenin havia representado um retrocesso diante a política dos *conspirateurs de profession*, da qual o *Manifesto Comunista* havia rompido, com a conhecida fórmula segundo a qual é chegado o momento de “os comunistas exporem, abertamente, ao mundo inteiro, seu modo de ver, seus objetivos, suas tendências, opondo um manifesto do próprio partido à lenda do espectro do comunismo”⁸. De maneira pontual, Marx havia definido – a quem, diga-se de passagem, também recebeu acusações de blanquismo – os traços essenciais da política conspirativa:

A única condição da revolução é, para eles, a suficiente organização da sua conspiração [...]. Se lançam sobre invenções que produzam milagres revolucionários: bombas incendiárias, máquinas de destruição de efeito mágico; inovações que irão atuar de maneira tanto mais milagrosas e surpreendentes quanto menos possuem uma base racional. Ocupados com tal fabricação de projetos, não tem outro fim que a derrocada imediata do governo existente, e depreciam da maneira mais profunda os conhecimentos teóricos dos trabalhadores acerca de seus interesses de classe. Por isso seu ódio não proletário, mas plebeu aos *habit noirs* (trajes pretos), as pessoas mais ou menos formadas, que representam essa ala do movimento, dos quais aqueles, no entanto, não podem se tornar completamente independentes, na medida em que estes são os representantes oficiais do partido.⁹

Uma leitura mais atenta desta definição já ressalta importantes elementos para entender por que o leninismo não é uma reedição do blanquismo. Não só pela insistência permanente de Lenin sobre a necessidade de ilustrar teoricamente as massas e o partido, mas também por sua convicção de que as revoluções não são atos que podem ser traçados e executados, em qualquer conjuntura, por uma pequena *elite* de conspiradores. Por isso que seu objetivo, tendo em vista as circunstâncias russas, não tenha sido produzir uma insurreição *ex nihilo*; substancialmente realista, Lenin sabia – em consonância com a afirmação marxiana de que os homens fazem sua própria história, mas em condições que não foram criadas por eles – que uma

⁸ Marx, Karl / Engels, Friedrich, *Manifesto del Partido Comunista*. Apéndice: Friedrich Engels, *Principios del comunismo*. Introducción, traducción y notas de Miguel Vedda. Buenos Aires: Herramienta, 2008, pp. 22 e ss.

⁹ Marx, Karl y Engels, Friedrich. “Bespr von Adolphe Chenu. *Les conspirateurs*, Paris, 1850, und Lucien de la Hodde. *La naissance de la Republique en fevrier 1848*, Paris 1850”. In *Die Neue Zeit* (1886), p. 555.

situação revolucionária só pode ser o resultado de um complexo processo, dentro do qual a existência de condições objetivas possui uma função capital. O *realismo político* de Lenin, tão celebrado pelo velho Lukács, consiste justamente em haver sabido ler a possibilidade objetiva da transformação revolucionária dentro das circunstâncias russas, de um modo parecido a um artista que consegue ver a estátua escondida, como uma latência, dentro do bloco de mármore. E assim como é necessário desbastar a madeira bruta para que surja, com contornos precisos, a obra perfeita que “dorme” na pedra, assim também – entendia Lenin – é necessário o trabalho consciente do partido para que o proletariado não permaneça restringido à sua consciência espontânea que, abandonada a si mesma, não se transformará em uma consciência socialista, será no máximo uma consciência “tradeunionistas”. Para que o proletariado *efetivamente* se converta *no que essencialmente é* – para que logre situar-se à altura de sua missão histórica – faz-se necessário o trabalho formador do partido. Em um artigo escrito em 1968, o velho Lukács faz referência à importância que possuía, para Lenin, a dimensão educativa e autoeducativa dos líderes políticos; assim disse, em alusão ao modo como Lenin se apropria das *Teses sobre Feuerbach*:

A constatação de que o educador (o estamento dos líderes sociais da revolução socialista) deve, ele mesmo, ser educado, se dirige, por um lado [em Lenin] contra todo utopismo – que afirma que o desenvolvimento da humanidade pode ser substituído por uma compreensão espirituosa e certamente imaginada de um estado concluído e além de toda problemática -; por outro lado, contra o materialismo histórico concebido mecanicamente – que pretende estabelecer cada solução como um simples produto espontâneo e necessário do desenvolvimento da produção -.¹⁰

Para Lenin, o fator subjetivo não é somente uma condição inevitável do movimento ao socialismo, é também o verdadeiro promotor da consciência revolucionária; embora seja impossível, é claro, fazer a revolução sem o apoio do proletariado. Com seu trabalho incessante, deveria se diferenciar o partido e, em especial, seus líderes, daqueles dirigentes da

¹⁰ Lukács, György, “Lenin und die Fragen der Übergangsperiode”. O artigo foi escrito por Lukács em 1968, e publicado pela primeira vez em *Georg Lukács zum 13. April 1970 (Goethepreis)*. Neuwied y Berlén: Luchterhand, 1970, pp. 71-88.

Segunda Internacional que, nas palavras de Lenin, são revolucionários nas palavras e reformistas nas ações.

As principais diretrizes da teoria leniniana foram traçadas entre 1901 e 1903. A partir daí, foi assumindo contornos nítidos, uma concepção que foi se aprofundando e se ampliando nos anos seguintes e que representa uma autêntica renovação do marxismo. Como aspecto central dessa teoria, pode-se mencionar a proposta de aliança entre proletariado e campesinato como condição indispensável para a vitória da revolução na Rússia, a insistência sobre a transcendência da questão nacional, as reflexões – já mencionadas por nós – acerca do papel do partido, face ao movimento espontâneo da classe trabalhadora e a caracterização do período imperialista do capitalismo como um cenário histórico diferente do capitalismo “clássico”. O ponto de vista sugerido pelo líder bolchevique frente a cada uma destas questões valeu a Lenin os qualificativos de revisionista ou de antimarxista. E esta avaliação é tão errada quanto a dos stalinistas, que se obstinaram a postular uma confluência perfeita e sem fissuras – mágica, religiosa – entre os postulados de Marx e os de Lenin, como se pela boca de ambos a mesma divindade proferisse verdades. Para o leitor atento, nos escritos de Lenin pode-se observar como continuação, diante do passado, uma produtiva dialética de conservação e inovação. Nas polêmicas contra Bogdanov e os prolektkultistas pode-se perceber até que ponto Lenin valorizava a importância de que o proletariado se aproprie de todos os resultados valiosos da herança cultural humana, incluindo os da era burguesa. Assim, quando disse

O marxismo alcançou sua importância histórica universal, como ideologia do proletariado revolucionário, porque não rechaçou, de modo algum, os mais valiosos feitos da era burguesa, mas, ao contrário, se apropriou e reelaborou tudo que havia de valioso nos mais de dois mil anos de desenvolvimento do pensamento e da cultura humanos.¹¹

Por outro lado, Lenin se diferencia nitidamente daqueles marxistas que, observando na obra de Marx e Engels uma espécie de escrita sagrada, obstinam-se em repeti-las como ladainhas e fecham seus olhos para a observação sem preconceitos da realidade histórica. Com razão escreveu

¹¹ Lenin, V.I. “Über die proletarische Kultur”. *In* -, *Werke*. Vol. 21. Berlin: Dietz, 1959, p. 308.

o velho Lukács, no ensaio citado por nós anteriormente, que na atitude de Lenin diante da tradição

Coloca-se manifestamente a metodologia leniniana, que o une tão profundamente com Marx e que o separa tão radicalmente de Stalin e de seus seguidores: a relação orgânica entre o reconhecimento da continuidade de certas tendências históricas de desenvolvimento e sua necessária mudança de função radical, nas transições e subversões revolucionárias.¹²

Daí a disposição de Lenin para revisar suas posições, incorporando ao seu pensamento e à sua práxis política elementos que alteram – às vezes, de maneira exaustiva – as perspectivas anteriores. Assim, em consonância com este espírito, a leitura da *Lógica* hegeliana o levou a assumir posições epistemológicas muito diferentes (e notavelmente mais profundas) que aquelas colocadas pelas discussões com o empiriocriticismo de Bogdanov e consortes.

II

As contribuições do volume que prefaciamos mostram, de maneira eloquente, o empenho em reavaliar o legado leniniano tratando, ao mesmo tempo, de compreendê-lo historicamente e de examinar sua vigência. Destacam a versatilidade de Lenin, que foi capaz de formular reflexões inteligentes e pessoais sobre literatura e filosofia, sobre direito e história, sobre economia e pedagogia. Muitas vezes tais reflexões foram diminuídos sublinhando que não eram pensamentos de um especialista. A questão, colocada nesses termos, chama a atenção pelo que há de pueril. Dizer que as ideias estéticas de Lenin não têm a profundidade das de Ernest Bloch ou Walter Benjamim, ou que suas considerações epistemológicas não estão à altura das de um Isaac Ilich Rubin ou de um Alfred Sohn-Rethel implica, no melhor dos casos, em trivialidade. Cremos que seria possível colocar em seu lugar outras perguntas; por exemplo: Quantos líderes mundiais, entregues de corpo e alma ao combate político, estiveram em condições de desenvolver ideias tão agudas como as que formulou Lenin sobre Tolstoi ou sobre Hegel? Imaginemos,

¹² Lukács, György, “Lenin und die Fragen der Übergangsperiode”, p. 86.

praticando um admissível *reductio ad absurdum*, um ensaio de George Bush sobre a narrativa de Herman Melville ou a poesia de Walt Whitman; em Carlos Menem proferindo uma conferência sobre os contos de Jorge Luis Borges; em Angela Merkel realizando observações críticas acerca das obras dramáticas de Johann Wolfgang Goethe, Georg Büchner ou Bertold Brecht. Mesmo esse exercício obliquamente satírico pode ajudar a compreender a dimensão de Lenin como *homem da cultura*.

Em sua contribuição dedicada a examinar as análises consagradas por Lenin à obra de Tolstói, José Paulo Netto mostra, com seu brilhantismo habitual, em que medida o líder russo era capaz de abordar de maneira lúcida um *corpus* literário. Mas não é só isso: examinando amplamente o tema que dá título ao artigo, Netto desenha um panorama vasto e preciso sobre a política cultural de Lenin e do partido bolchevique, antes da caída na larga noite do período stalinista. Contra a monotonia cinza do realismo socialista impulsionado por Zhdanov e outros burocratas da cultura, Lenin – sem renunciar sua confessada predileção pelo realismo literário – empenhou-se em resguardar a pluralidade de estilos; e essa orientação foi seguida inicialmente pelo partido que, “na sequência imediata da morte de seu autor, *prosseguiu por um tempo defendendo para a literatura a existência da pluralidade de correntes artísticas, recusando o monopólio da direção da arte a qualquer tendência*” [...]. Em uma linha consistente com a que modestamente traçamos anteriormente neste prefácio, Netto se apoia em um ensaio leniniano de 1913 para mostrar de que modo “Lenin salientou duas notas peculiares ao legado marx-engelsiano: o seu caráter aberto, avesso a qualquer espírito de seita e, a despeito da sua originalidade, o fato de constituir-se numa relação de continuidade com o acervo/patrimônio cultural precedente” [...]. Além da diversidade temática, o artigo de Antonino Infranca apresenta várias coincidências com o de Netto: profundo e original estudioso da obra lukácsiana, Infranca revisa, pormenorizadamente, as apropriações que fez da teoria leniniana o filósofo húngaro e mostra que o que este admirava no autor de *O Estado e a revolução* é a capacidade para apreender o ser-precisamente-assim da realidade histórica, sem submetê-la rigidamente a esquemas preconcebidos: daí que

Para Lukács, Lenin nunca definiu as leis gerais do processo revolucionário e, antecipando a crítica à Stalin de trinta anos depois, Lukács chama de “leninismo vulgar” qualquer pretensão de encontrar no pen-

samento do revolucionário russo, regras gerais, como por exemplo, a economia planejada, que Lenin jamais considerou uma medida típica da economia socialista [...].

Acertada e exata é também a maneira em que Infranca destaca, em Lukács, o interesse posto em examinar a “dialética entre continuidade e mudança, entre o velho e o novo, a dialética entre os tempos históricos do presente e do passado domina no método do marxismo autêntico de Marx e Lenin” [...]. Esta dialética, unida à mencionada relutância em reduzir a realidade a moldes abstratos, é um atributo definidor de Lenin e que o distingue nitidamente de um Stalin. O sistema conduzido por este, o qual o velho Lukács qualificou de hiperracionalismo, está fundado na determinação de submeter o presente aos imperativos rígidos do passado, obstaculizando a captação e elaboração concretas da realidade contemporânea e procurando paralisar os cidadãos em uma cotidianidade coisificada, desprovida de vínculos com uma hierarquia partidária burocratizada. Não em vão, em suas críticas à Stalin, Lukács invoca sempre, como contraexemplo, a Lenin; nas palavras de Infranca:

Quase sempre, quando Lukács critica Stalin, o ponto de partida é compará-lo a Lenin, e é uma escolha cautelosa, porque questiona uma fonte de legitimidade de Stalin: o fato de considerar-se o melhor herdeiro de Lenin. Lukács, no entanto, aponta que sobre as grandes questões políticas enfrentadas por Stalin, ele nunca seguiu os ensinamentos de Lenin, pelo contrário, muitas vezes tomou decisões opostas às de Lenin [...].

O artigo de Anderson Deo forma um produtivo *pendant* com o de Infranca; nele se revisa com escrupulosidade a relação precoce de Lukács com a teoria leniniana e mostra a maneira em que a mudança de posição a respeito de Lenin acompanha a superação, por parte do grande filósofo húngaro, do rigorismo ético e o voluntarismo político juvenis. Nas palavras do autor do artigo, Lukács, projetando um modelo quase platônico de uma moral comunista “pura”, “em seus primeiros estudos marxistas. Lukács constrói, assim, uma espécie de muralha – intransponível, diríamos – entre a orden burguesa e a pureza ética comunista” [...]. O opúsculo escrito por ocasião da morte de Lenin representa, como indica Anderson

Deo, alguns indícios significativos de superação das falhas juvenis; assim, o *Lenin* mostra uma determinação por preocupar-se “com a questão da vida cotidiana dos homens e, sobretudo, com as questões sociais pertinentes ao proletariado”. O filósofo húngaro

começa a superar sua conceituação anterior de vida cotidiana como sinônimo de alienação – no sentido mesmo de “falsa-consciência” – que impossibilitaria qualquer forma científica de compreensão da realidade, sobretudo ao proletariado, que estaria impossibilitado de “enxergar” para além das falsificações de sua vida imediata [...].

A contribuição de Leandro Galastri dá conta, não só das afinidades entre Lenin e Mariátegui, mas também de alguns aspectos em que o primeiro influenciou o segundo. É significativo que entre tais influências se assinala o princípio de não considerar o edifício teórico do marxismo como um corpo monolítico que deveria ser recebido e aplicado *en masse*, mas como um método vivo, que necessita ser atualizado e ampliado a partir do enfrentamento com aquela realidade histórica que se trata de transformar em sentido revolucionário. Segundo Galastri, “É inspirado em Lenin que Mariátegui declarou que o socialismo no Peru não deveria ser “decalque ou cópia” [...], apesar da definição do “socialismo indoamericano” sonhado pelo ensaísta peruano como uma “criação heróica” denotar, de maneira ostensiva, a influência de Sorel. Várias declarações de Mariátegui asseveram a dívida que este tinha com o autor de *O Estado e a revolução*; assim, quando “Considera o Partido Bolchevique como a expressão mais evidente da união entre teoria socialista e prática revolucionária, concedendo a Lenin o mérito principal de sua condução” [...]. Também mostra a influência de Lenin, como indica Galastri, o fato de que Mariátegui não analise o desenvolvimento do capitalismo do Peru como um caso único, limitado ao território de um país, mas como parte de um processo mundial: a alçada do capitalismo à sua etapa imperialista. Na base destas influências leninianas, cabe reconhecer, por outro lado, um substrato social comum à Rússia e ao Peru; neste sentido, mencionam-se “dois aspectos das respectivas sociedades: uma população camponesa enormemente majoritária, submetida a relações ainda semifeudais de trabalho, e um proletariado urbano de formação recente e pouco numeroso, concentrado em determinados centros” [...].

De caráter comparativo é também o artigo de Marco Vanzulli, dedicado a examinar o leninismo gramsciano. Examina o modo como o Gramsci logo encontra em Lenin, não uma continuação direta, mas uma superação de Marx, na medida em que a crítica da economia política se encontraria substituída, em Lenin, por uma *filosofia da vontade*, entendida esta última como *ato político*. Empenhado em superar o economicismo evolucionista da Segunda Internacional, o jovem Gramsci – que neste aspecto mostra semelhanças profundas com o jovem Lukács e Karl Korsch – interpreta a revolução bolchevique como uma revolução *contra O Capital* de Marx. No desenvolvimento posterior de Gramsci, este ativismo sedeu passo a uma perspectiva diferente, na qual ocupa lugar central a preocupação pela organização do partido. Para este Gramsci, é imprescindível a existência de um partido comunista sólido e disciplinado, capaz de coordenar e centralizar toda a ação revolucionária do proletariado. Substancial é, no Gramsci maduro, o conceito do partido como *educador do proletariado*. Uma comparação original é a que Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos estabelece entre von Clausewitz, Marx-Engels e Lenin. Sobre a base de uma análise específica, o artigo mostra a natureza essencialmente dialética do pensamento de von Clausewitz e sugere algumas afinidades entre este e Hegel que poderia ter ajudado a despertar o interesse pelo militar prussiano nos fundadores do materialismo histórico. A continuação não só estuda a recepção marxiana e engelsiana do *Da guerra*, como também examina a influência deste trabalho sobre a teoria política leniniana. A leitura de von Clausewitz havia assegurado, em Lenin, a convicção de que “as revoluções e as guerras são o ponto alto da política e se entrecruzam em várias outras análises e contextos”[...].

Também insiste sobre a transcendência que possui, para Lenin, a educação, Antonio Carlos Mazzeo, em um artigo que fundamenta, de maneira rigorosa e persuasiva, a importância de uma *paideia* comunista. Ele reconstrói a evolução histórica das considerações filosóficas acerca da educação do indivíduo para a vida social, desde Platão até Hegel, e indica em que medida os germes progressistas do conceito foram anulados, conservados e superados – no triplo sentido da *Aufhebung* hegeliana – pela tradição marxista. Mostra que, para a tradição fundada por Marx, é fundamental a ideia de “educação em permanente movimento”, de modo que os homens se formam continuamente a si mesmos a partir da interação dialética com

a vida natural e a social. Como demonstra Mazzeo, este modelo de formação, que Marx elabora a partir de uma leitura crítica da tradição filosófica precedente, é retomado e ampliado por Lenin, a quem se situa “*rigorosamente* no âmbito das conclusões marxianas, expressas na última tese sobre Feuerbach, isto é, a necessidade da *práxis* no processo do conhecimento e como crítica objetiva ao mero conhecimento interpretativo” [...]. Lenin se ocupou de sublinhar que “o marxismo não deveria ser entendido como uma filosofia fanática e sectária, das fórmulas prontas e petrificadas pois, segundo sua visão, a teoria social de Marx resulta de *rupturas e continuidades (continuação-dialética)* das doutrinas dos maiores pensadores” [...].

Marcos del Roio coloca a teoria e a práxis leninianas em relação com o desenvolvimento histórico da Internacional Comunista. Apresenta, de maneira detalhada e extremamente precisa, as divergências fundamentais que separavam Lenin dos teóricos tais como Karl Kautsky, Rudolf Hilferding ou Rosa Luxemburgo; mas também enquadra toda esta pintura histórica na situação da luta de classes no plano internacional. Resenha as discussões em Zimmerwald e detalha a forma em que elas conduziram Lenin a realizar uma crítica radical à Social-democracia e à proposta de fundação de uma nova internacional. Explica as origens e a justificação histórica da Nova Política Econômica e a coloca na perspectiva relacional com as posições sustentadas por Lenin no III Congresso da Internacional. Na medida em que o social reformismo amplamente difundido pela Europa naqueles anos era “um sustentáculo decisivo da dominação burguesa e um anteparo a influência dos comunistas” [...], Lenin se viu induzido a destacar “a importância que se prevê da ação das imensas massas subjugadas pelo colonialismo, que poderão corroer o consenso interno de que gozam as burguesias imperialistas” [...]. Finalmente, del Roio comenta a breve intervenção de Lenin no IV Congresso, o último que iria assistir o líder bolchevique. A contribuição de Osvaldo Coggiola também está consagrada à análise histórica; o estudioso argentino se apoia em diversas fontes e numa vasta bibliografia para desenvolver, em suas diferentes inflexões, as posições de Lenin e Trotsky diante da realidade de seu tempo. Graças a esta análise escrupulosa, Coggiola logra desarticular infundados preconceitos sobre a relação entre os dois revolucionários russos e aportar uma fundamentação precisa para as posições adotadas por um e por outro.

Fernando Leitão Rocha Júnior se ocupa de questões do pensamento de Lenin que reencontramos em outras contribuições neste volume, porém numa perspectiva diferente e muito original. Seu artigo se encarrega, preliminarmente, de mostrar como Lenin se utilizou da crítica da economia política iniciada por Marx para dar conta da realidade russa de seu tempo. Para isso, realiza uma resenha pormenorizada dos escritos leninianos, com vistas a apresentar suas continuidades e alterações através do tempo. Coloca em evidência a centralidade da categoria *capital financeiro*, como termo chave para compreender a dinâmica do capitalismo do século XX; segundo o autor do artigo, na fase imperialista do capitalismo “a forma de capital bancário torna-se o grande fornecedor essencial do capital, pois esta forma de capital, ao centralizar o crédito, também passa a controlar os investimentos e o ciclo econômico em sua totalidade” [...], Leitão Rocha Júnior argumenta convincentemente que a categoria *capital financeiro* não é de índole epistemológica; é, por um lado, uma categoria heurística, que abarca o conjunto das manifestações e das formas de ser do capital. Por outro lado:

Trata-se, na verdade, de uma categoria ontológica própria da fase imperialista, que por sua vez, sintetiza a totalidade contraditória que engloba os ciclos do capital (capital produtivo – capital mercadoria e capital dinheiro), bem como, as formas autônomas e fluidas de capital, em especial, a forma de capital portador de juros e o capital fictício [...].

O trabalho resenha as contribuições de Lenin à crítica da economia política desde os inícios, passando pelo comunismo de guerra e chegando à Nova Política Econômica. Em todos os períodos, mas em particular neste último, pode-se constatar que Lenin “mantem-se fiel ao lema: ‘marxismo é análise concreta de situação concreta’, assim, nesta direção, percebemos que a chamada ‘crítica viva da economia política’ se faz presente nas suas elaborações teóricas” [...]. Jefferson Rodrigues Barbosa examina as críticas de Lenin ao chauvinismo, num arco temporal que se estende desde 1913 até 1918, no período da escalada nacionalista que teve lugar na Europa no começo do século XX, e que teve um de seus pontos culminantes na época da Grande Guerra. Barbosa realiza uma breve exposição filológica e histórica sobre a gênese do termo *chauvinismo*, o qual interpreta, apoiando-se na *Ontologia* lukacsiana, como uma posição teleológica secundária, posta em prática com

fins manipulatórios. Para o autor, as ideologias autocráticas chauvinistas “são uma forma de ontologias fictícias, manifestações ideológicas que servem para tornar conscientes e operativas a práxis social dos homens” [...]. O comentário dos principais artigos de Lenin sobre o chauvinismo permite evidenciar a maneira pela qual o líder bolchevique, fiel ao internacionalismo comunista, tratou de combater uma ideologia, na época, em plena expansão, ainda na social-democracia europeia.

Jair Pinheiro empreende a tarefa de examinar as ideias de Lenin sobre o Direito, em contraste com as teorias jurídicas liberais e assinalando sua novidade e autonomia a respeito destas. Inicia por um comentário detalhado de um *corpus* de artigos leninianos posteriores a 1917; em seguida, desenvolve uma interpretação formal-normativa de diversas perspectivas jurídicas, a fim de avançar, por fim, algumas proposições sobre uma concepção do direito concebida a partir do ponto de vista da classe trabalhadora. De acordo com o autor, Lenin enfrentou uma dupla tarefa: transformar a ideologia jurídica burguesa em uma nova forma ideológica, e aplicá-la à organização do Estado, da economia e da vida social em geral. Nas diversas teorias do direito burguês, a norma assume uma posição central; o direito é pensado como um sistema que gira em torno de uma norma central: a Constituição que, por sua vez, também opera de maneira sistemática. Em tais teorias, o aparato jurídico é visto como um sistema hierarquizado, no qual a norma inferior encontra sua validade na norma superior e a Constituição situa-se na parte superior da hierarquia. Em contraponto com as concepções burguesas, Lenin – assinala Pinheiro – pensa em um sistema jurídico no qual o sujeito declarante do direito é concreto; cujo fundamento ideológico é o livre desenvolvimento de cada um e de todos; cujo objeto é a satisfação das necessidades; que possui como primeira fonte normativa os produtores diretos, como constituintes originários; e cuja autoridade legisladora são os trabalhadores organizados. O cumprimento destes objetivos deveria ser o papel específico do Comissariado do Povo para a Justiça. Pinheiro também enfrenta a questão – abordada por vários pensadores marxistas – se a lei deveria continuar existindo na sociedade comunista. Apoiando-se em uma penetrante leitura de Marx, conclui que o direito deveria continuar existindo durante as fases iniciais do comunismo, ainda que, transformado e sob novas condições, ninguém pode dar nada

além do que seu trabalho, e nada pode ser apropriado pelos indivíduos além dos meios individuais de consumo.

O artigo de Marcelo Braz se dedica a investigar o significado histórico e a atualidade do livro *O que fazer?* De maneira perspicaz e provocativa, expõe as razões pelas quais o tratado de Lenin sofreu um exílio intelectual e político do qual ainda não se recuperou. Menciona, como razões fundamentais para esse “exílio”, a “‘canonização’ de Lenin, do partido por ele idealizado e, por conseguinte, de sua obra. O marxismo-leninismo, tornado o marxismo oficial de Stalin, tratou de ossificar as teorias de Lenin, especialmente aquelas voltadas para a prática política” [...]. Por outro lado, o total desprezo como tem sido tratado o opúsculo nos meios acadêmicos; desprezo que se estende por boa parte da obra leniniana. A estes dois motivos, cabe ainda somar a falência das experiências socialistas nos países do Leste europeu e o desenvolvimento do capitalismo durante as últimas quatro décadas que alterou, profundamente, seus “processos de produção, mudou o perfil da classe trabalhadora e estabeleceu uma enorme dificuldade ao salto da consciência em si para a consciência para si da classe, ou seja, pôs na ordem do dia uma evidente ‘crise’ de identificação do sujeito político revolucionário” [...]. Com comprometida sutileza, Braz observa as dificuldades que um projeto socialista tem que enfrentar em nossos dias, tendo em vista que “vive-se uma vaga histórica ela mesma pouco propícia (mas urgente!) para se reconstruir uma projeção societária assentada em valores radicalmente antagônicos aos burgueses” [...]. Acrescenta-se a estas dificuldades, o fato de que as lutas sociais contemporâneas estejam assumindo “um caráter cada vez mais particularista em detrimento de seus conteúdos universais. E tal quadro se agrava, e é estimulado, por correntes do pensamento social contemporâneo que veem nelas (nas lutas particularistas) a saída no interior da própria ordem burguesa” [...]. Frente a um estado de coisas semelhante, Braz afirma que a proposta não pode consistir em mera reedição das práticas políticas correspondentes a outras épocas: “as formas de luta, para se afirmar um projeto socialista, devem se ajustar aos conteúdos atuais das lutas de classes” [...]. O duplo desafio que identifica o autor deste artigo é, em primeiro lugar, continuar a renovação e atualização das análises marxistas clássicas e, em segunda instância, levar adiante a tarefa mais difícil e importante: “transformar a armadura teórico-crítica edificada

em *força material real enraizada nas massas*” [...]. Na realização dessa tarefa, Lenin se entregou em *O que fazer?*, tal como demonstra Braz a partir do exame minucioso do tratado. Da dimensão prática e organizativa também se ocupa Ronaldo Coutinho, que se interroga acerca da atualidade das concepções de Lenin sobre o partido. O autor é consciente das constantes críticas ao modelo de uma vanguarda consciente da classe trabalhadora; particularmente daquelas que o qualificam de obsoleto, na medida em que foi construído a partir das conjunturas históricas concretas da Rússia do começo do século XX. Por esse motivo, se detém a examinar o desenvolvimento das ideias de Lenin, com vistas a determinar o que, nelas, está vivo e o que está morto. Com especial mordacidade, questiona os autonomismos e, em geral, àqueles que creem que é possível levar adiante uma práxis revolucionária efetiva prescindindo do partido, ou ainda, de qualquer forma de organização institucional. Por isso se negam a realizar reflexões

mais ou menos sofisticadas sobre a falência da forma partido, da ‘nova sociedade civil’ da ‘nova emergência das multidões’ e do fim das lutas de clases, das concepções do ‘antipoder’ (John Holloway), do retrocesso romântico das organizações comunitárias e dos transformismos nada ingênuos da ‘economia solidária’, entre outras artimanhas da imaginação burguesa [...].

A transformação do mundo requer, sustenta Coutinho, um sistema de aparatos de comunicação, informação e formação política que implica no partido e suas mediações. As inflexões que adotou o capitalismo durante as últimas décadas exige, sobretudo, o aprofundamento da educação política, “não só no que concerne à militância interna, mas o reconhecimento efetivo da necessidade do *recrutamento e da formação continuada de quadros oriundos diretamente da classe operária e dos diversos setores do proletariado*”. Desta maneira será possível superar um anticomunismo que não se difundiu somente entre os meios burgueses e pequeno-burgueses, mas também na própria classe operária.